

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.12.2020

Calendarização das fases de redução do plástico

A partir de 1 de Janeiro do próximo ano, é proibida a importação e o trânsito de artigos descartáveis de esferovite, incluindo caixas de refeições, tigelas, copos e pratos. Esta é uma nova medida de redução do uso de plástico, após a entrada em vigor da cobrança de taxas sobre sacos de plástico em 18 de Novembro de 2019. A sociedade está satisfeita com esse avanço dos trabalhos de protecção ambiental e de redução do plástico. Falta meio mês para a vigência desta medida, mas continua a haver no mercado o uso de artigos de esferovite em restaurantes e lojas de *take-away*. Espera-se que o Governo aproveite este tempo para reforçar as acções de divulgação, para as pessoas, e em especial os lojistas, conhecerem melhor o respectivo diploma legal, ajudando-os a encontrar, o mais cedo possível, utensílios de mesa ecológicos. O Governo deve, de forma contínua, incentivar os comerciantes a fornecerem talheres reutilizáveis e promover a cultura da valorização dos alimentos e da redução do desperdício através da educação da população, desde a infância, incentivando os residentes a trazerem consigo os utensílios de mesa e a reduzirem o uso de artigos descartáveis. Neste momento, em Macau, apenas é proibida a importação e o trânsito de artigos de mesa descartáveis feitos de esferovite, mas esse material é frequentemente utilizado na embalagem de frutas e de artigos eléctricos, caixas de legumes, etc., e a esferovite não pode ser reciclada em Macau. Assim, sugiro ao Governo que tome como referência a prática de Hong Kong e de outras regiões, tomando a iniciativa ou incentivando a sociedade a reutilizar esse objectos de esferovite de grande dimensão, para aliviar a pressão sobre o ambiente.

Com a promoção dos trabalhos de restrição de plástico e de protecção ambiental por parte do Estado, a província de Guangdong publicou, este ano, a Comunicação sobre as opiniões relativas ao controlo e tratamento da poluição por plástico, a qual entrou em vigor em 1 de Setembro e visa proibir e restringir, de forma faseada, a produção, venda e uso de alguns tipos de produtos de plástico, em determinadas zonas e durante determinados períodos. Em Cantão e Shenzhen, no final deste ano, passa a ser proibido o uso de sacos de plástico não degradáveis nos centros comerciais, supermercados, farmácias e livrarias, bem como nos serviços de *takeaway*, e em diversos tipos de exposições e feiras. Em 2022, nas áreas em que há maior poluição por plástico e nas áreas emergentes como as de comércio electrónico, encomendas expressas e *takeaway*, vai ser criado um modelo logístico verde, para a redução do plástico. Em 2025, nas cidades do Delta do Rio das Pérolas, não haverá nenhum resíduo de plástico a ser transportado para aterros sanitários. Em comparação com as regiões vizinhas, a redução do plástico em Macau começou tarde e carece de um planeamento completo. Cobrar um imposto pelos sacos de plástico e proibir a importação e o trânsito de artigos em esferovite descartáveis para refeições representam apenas o início dos trabalhos de redução do plástico e resíduos, e não são nunca suficientes, pois o mercado continua a estar cheio de diversos produtos de plástico descartáveis, por exemplo, os artigos de esferovite que não são para refeições, os talheres, garrafas e palhinhas de plástico, e as embalagens indecomponíveis para produtos alimentares e pacotes de compras *online*, e muitos produtos estão excessivamente embalados, resultando em desperdício. O Governo deve então rever a situação actual de redução do plástico, reforçar as acções de divulgação

e sensibilização dos diplomas legais respectivos, e tomar como referência as práticas das regiões vizinhas para definir uma calendarização, com vista a promover, ordenadamente, o controlo da poluição de plástico e a recuperar o grave atraso nesse trabalho, para a sociedade ficar a saber da situação, e os sectores e lojistas poderem estar preparados com antecedência. Deve ainda estudar restrições ao embalamento de produtos, para evitar que mais produtos pré-embalados ou excessivamente embalados surjam no mercado, reduzindo os resíduos daí provenientes, e promover o consumo razoável, a protecção ambiental e a poupança de recursos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.12.2020

Estimular a vitalidade económica das empresas para impulsionar o fluxo de caixa no mercado

Desde o surto da epidemia até hoje, o Governo implementou duas rondas de medidas de apoio económico para atenuar a pressão dos residentes e os custos das empresas, incluindo a devolução de impostos, a isenção fiscal e de taxas, o subsídio de tarifas de electricidade e de água, os subsídios para trabalhadores, etc. Para aumentar a procura interna, impulsionar a economia e estabilizar o emprego, o Governo lançou um “Plano de subsídio de consumo”, com duas fases, que terminará no final deste mês. Num balanço recentemente divulgado, o Governo afirmou que o valor total de transacções da 1.ª fase deste Plano foi de cerca de mil e 870 milhões de patacas, trazendo um benefício económico de quase 2 mil e 900 milhões de patacas. O Cartão de consumo é como uma chuva oportuna, aliviando as dificuldades das PME e estabilizando o emprego. De acordo com as informações, até 24 de Novembro as duas fases do referido Plano contribuíram para injectar no mercado um total de 4 mil e 750 milhões de patacas, e mais de 60 por cento dos fundos destinaram-se às PME, beneficiando diversos sectores.

Os vales electrónicos de consumo têm um *plafond* diário e só podem ser usados em Macau. Esta medida inovadora e directa para incentivar a economia através do consumo local foi bem aplaudida pela sociedade. Mas muitos lojistas afirmam que, na segunda fase desta medida, ficaram menos beneficiados do que na primeira, pois os vales só representaram 40 por cento do volume de negócios, enquanto, na primeira fase, a taxa foi de 80 por cento. Na segunda fase, temos um valor total mais elevado e um prazo mais longo, mas, perante a normalidade do combate à epidemia, os consumidores estão a ser mais prudentes, sem aquela pressa da primeira fase. Mais, a partir de 12 de Agosto, no Interior da China, a quarentena deixou de ser obrigatória para os residentes de Macau e estes atravessam mais a fronteira para fazer compras. Face ao número de turistas aquém das expectativas, muitos lojistas lamentam a falta de clientes.

O cartão de consumo é uma forma directa para estimular o consumo dos cidadãos e promover o ciclo interno económico. No entanto, à medida que os efeitos de incentivo ao consumo se tornam cada vez mais fracos, há que tomar como referência as práticas doutros locais, de modo a complementar com apoio às empresas para estimular a economia, por exemplo, incentivar as empresas a investirem em pessoal e *software*, e direccionar o apoio para as micro, pequenas e médias empresas afectadas pela epidemia. Assim, sugiro ao Governo que, ao estudar novas políticas de estímulo à economia, pondere reforçar a injeção de sinergias nas empresas, e encorajar as micro, pequenas e médias empresas na aquisição de serviços e na aplicação de resultados científicos e tecnológicos locais, para promover a sua comercialização, exploração e gestão; ao mesmo tempo, apelo ao Governo para aumentar os subsídios de formação de empregadores e dirigentes, de modo a ensinar os empregadores locais a aprender gestão empresarial, e a aumentar a sua sensibilidade de mercado, qualidades psicológicas e autoconfiança perante a epidemia, elevando assim a gestão das empresas locais. Isto vai contribuir para reforçar a função de produção de sangue das empresas locais e gerar fluxos financeiros, formando-se assim um duplo ciclo de necessidades das empresas e de consumo do mercado local, e para promover a recuperação económica através do alargamento da cadeia de financiamento.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.12.2020

Reforçar a ligação à Grande Baía e desenvolver os serviços financeiros sino-portugueses

O elevado padrão internacional do sector financeiro é uma das características e vantagens da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O desenvolvimento do sector financeiro é indispensável para a interligação, o aperfeiçoamento industrial, a inovação tecnológica e o bem-estar da população da Grande Baía. Com o aprofundamento da cooperação financeira na Grande Baía, o sector financeiro de Macau irá beneficiar do desenvolvimento global desta e do aprofundamento da reforma e abertura do País. O sector financeiro de Macau pode contribuir mais para a sua integração no desenvolvimento global do País e para o desenvolvimento moderado e diversificado da economia de Macau.

O Governo Central tem sublinhado a necessidade de manter a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau. Nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, Macau é uma das quatro principais cidades centrais com vantagens, tais como um porto franco para o comércio, um regime fiscal de baixo nível, etc., a par da estabilidade política e da harmonia social. Macau é um modelo de implementação bem-sucedida do princípio “um país, dois sistemas”, e um local importante de intersecção do “ciclo duplo, doméstico e internacional”. As vantagens políticas e institucionais de Macau, sob o princípio “um país, dois sistemas”, vão ser mais proeminentes sob o plano do novo padrão de desenvolvimento de dupla circulação do país. As características de Macau, como território aduaneiro soberano, com risco controlado e independente, permitem-lhe desempenhar melhor e com mais segurança a sua função de plataforma financeira offshore integrada.

Acreditamos que um dos objectivos do desenvolvimento de serviços financeiros modernos é Macau tornar-se uma plataforma de ligação entre os serviços financeiros da Grande Baía e os dos países de língua portuguesa, e propomos as seguintes ideias para referência do Governo:

(1) Incentivar e promover o sector na criação de uma união bancária entre Macau e os países de língua portuguesa (PLP), para servir como suporte de ligação dos serviços financeiros entre a Grande Baía e os PLP. Através do aproveitamento pleno das vantagens do sector bancário sino-português, ao nível de informações, recursos humanos, produtos e condutas, deve-se apoiar os bancos comerciais a estabelecerem a sua capacidade de serviços característicos dos PLP. Transformar Macau numa plataforma eficaz para partilhar os recursos de negócios do sector bancário sino-português, concretizando a extensão dos seus próprios serviços. Tornar Macau um suporte de ligação entre a Grande Baía e os PLP, promovendo o aprofundamento gradual da plataforma de serviços financeiros sino-portuguesa.

(2) Transformar Macau num centro regional de serviços de locação financeira entre a Grande Baía e os PLP. Com a entrada em vigor, em Abril passado, do Regime jurídico das sociedades de locação financeira e do Regime de benefício fiscal para a locação financeira,

o ambiente de negócios contribui para atrair as empresas de locação financeira do exterior a desenvolverem as suas actividades em Macau, atraindo especialmente as “saídas” das empresas estatais de qualidade, das empresas de locação financeira subordinadas às empresas estatais centrais e das indústrias de equipamentos de classe mundial, para irradiar a cadeia da indústria de locação financeira para os PLP e os países participantes na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, promovendo o desenvolvimento económico e comercial bilateral sino-português.

(3) Reforçar as funções dos fundos China-PLP e China-África, com ligação ao centro de financiamento da Grande Baía-PLP. O fundo China-PLP, com mil milhões de dólares americanos, promove a cooperação em projectos entre a China e os PLP; e cresce gradualmente, tornando-se numa importante plataforma de investimento para promover a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP no âmbito do Fórum de Macau; e numa plataforma financeira da Grande Baía onde as empresas de topo das indústrias da China vão obter tecnologias e recursos internacionais e onde o mercado chinês vai atrair produtos, capitais, etc. das empresas líderes internacionais.

(4) Ligar a Grande Baía e os PLP através do mercado de obrigações em RMB. As infra-estruturas do mercado de obrigações de Macau e a legislação vão ser aperfeiçoadas. Com a experiência adquirida e a inovação contínua dos produtos de obrigações, a função financeira de Macau está em contínua expansão. Desde a venda por intermediário de obrigações até à sua emissão, transacção no mercado, etc., toda a cadeia está em desenvolvimento. Os mercados-alvo são a Grande Baía e os PLP, e com capital suficiente, liquidez, produtos complementares, serviços, etc., reforçam-se as funções da plataforma de serviços financeiros China-PLP, com expansão gradual da dimensão do mercado *offshore* em RMB.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 16.12.2020

Apoiar eficazmente as pequenas e médias empresas na passagem da epidemia

O Governo divulgou recentemente que a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) tinha recebido, até finais de Novembro, cerca de 12 mil pedidos para o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas”, e cerca de 80% e 96% foram, respectivamente, autorizados, proporcionando às PME uma liquidez superior a 8 mil milhões de patacas, o que, de facto, contribuiu para apoiar muitas empresas afectadas pela epidemia.

Quanto aos apoios do Governo, para além dos dois referidos, há ainda o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas e o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos, no entanto, o Governo não fez uma apresentação pormenorizada sobre estes dois Planos.

Consultando os dados estatísticos da DSE, sabe-se que, até Novembro do corrente ano, foram recebidos 792 pedidos do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, dos quais 87 foram deferidos, 2 indeferidos e os restantes 703 estão pendentes, e mais de 80%, cerca de 570 pedidos, foram apresentados entre Março e Junho, e são precisamente de empresas que sofrem mais com a epidemia e que necessitam mais do apoio do Governo para ultrapassar as dificuldades. E, no âmbito do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas destinados a Projectos Específicos, foram recebidos 10 pedidos, não havendo, até ao momento, nenhum caso deferido. Verifica-se, assim, que o processo de apreciação e aprovação é muito moroso, o que as empresas não entendem, chegando mesmo a duvidar se tal não contraria com a intenção inicial do Governo, isto é, de reforçar o apoio às PME para ultrapassar a epidemia.

Na discussão das LAG para o próximo ano na Assembleia Legislativa, o Secretário Lei Wai Nong referiu que, este ano, houve mais pedidos do Plano de Garantia de Créditos às PME. Uma vez que o garante é o Governo, é preciso mais cautela na aprovação dos pedidos. A sociedade compreende a atitude rigorosa do Governo na aprovação dos pedidos, pois as receitas do Governo reduziram significativamente devido à epidemia, e há que garantir a utilização racional do erário público e prevenir situações de não recuperação das dívidas.

Há que salientar que ainda estamos numa situação de epidemia. Ultimamente, aumentou o número de turistas, mas os esforços para a recuperação económica em geral não são suficientes, e o seu progresso é relativamente lento. As PME ainda precisam de enfrentar grandes pressões oriundas das despesas necessárias com as rendas e os recursos humanos, portanto, têm necessidades urgentes de resolver os seus problemas de tesouraria para manter o funcionamento normal. Se as PME não conseguirem sobreviver, será difícil alcançar o objectivo de governação “garantir a estabilidade económica e o emprego”, e até pode surgir uma onda de encerramentos, com impacto negativo para o progresso da recuperação económica em geral.

(Tradução)

Assim sendo, solicito às autoridades que acelerem a aprovação dos pedidos do Plano referido e do Plano de Garantia de Créditos às PME Destinados a Projectos Específicos, ajudando efectivamente as PME a atenuar as dificuldades de exploração durante a epidemia. Quanto aos pedidos não aprovados, as autoridades devem dar respostas claras quanto antes, para que as empresas possam tomar outras medidas em tempo oportuno, consoante a sua situação real.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.12.2020

Melhorar a política de restrição do plástico e reforçar a educação sobre a protecção ambiental

De acordo com o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2019”, a quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados atingiu 550 249 toneladas em 2019. As matérias orgânicas, plástico e papel são os principais componentes dos resíduos sólidos urbanos. Quanto à reciclagem, registou-se uma redução no papel, mas a quantidade de resíduos reciclados de cozinha, plástico, metal e vidro, registou um aumento de diferentes graus em comparação com o ano de 2018. Para aumentar a eficácia da redução do plástico, o Governo deve otimizar as actuais políticas, e estudar o alargamento do âmbito da restrição e da reciclagem, com vista a promover, através de uma série de medidas, a plena redução do plástico em Macau.

A partir de 1 de Janeiro de 2021, o Governo vai proibir a importação e o trânsito de utensílios de mesa descartáveis de esferovite, incluindo caixas de refeições, tigelas, copos e pratos. Trata-se duma nova medida de redução do uso de plástico, após a entrada em vigor da cobrança de taxas sobre sacos de plástico no ano passado. Quando aquecidos, os talheres de esferovite libertam substâncias cancerígenas e a esferovite é difícil de decompor, o que provoca facilmente poluição ambiental. Tenho apelado várias vezes às autoridades para a proibição da utilização de talheres descartáveis. Agora, as autoridades proibem a importação e o trânsito de talheres descartáveis de esferovite, portanto, espero que a medida seja bem-sucedida e que sejam implementadas, no próximo passo, mais medidas para restringir, completamente, o uso de talheres descartáveis.

Sugere-se ao Governo que reforce a comunicação com os diversos tipos de estabelecimentos de restauração, para incentivá-los a utilizarem utensílios ecológicos, com baixa taxa de degradação e poluição, em vez de artigos de plástico descartáveis. Segundo um estudo, quando os produtos de plástico se usam em altas temperaturas, para por alimentos ácidos ou gordurosos, é possível libertarem plastificantes ou outras toxinas, afectando directamente a saúde. Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve definir um calendário para o limite da importação e do uso de utensílios de plástico descartáveis, com vista a assegurar a segurança alimentar dos residentes. Deve, ainda, comunicar activamente com as lojas, para procurar utensílios de mesa ecológicos substituíveis, conceder benefícios fiscais ou outras formas de prémio e atribuir certificado de qualidade às empresas que passam, voluntariamente, a usar utensílios de mesa ecológicos.

Os talheres de plástico, depois de limpos, podem ser reutilizados, mas, muitos tipos de plásticos, depois de serem reutilizados várias vezes, também libertam substâncias químicas nocivas que prejudicam a saúde. Por isso, é muito importante mudar o conceito e o hábito de uso de produtos de plástico por parte dos cidadãos. Espero que o Governo reforce a sensibilização e a educação sobre a redução do uso de plástico, eleve a consciência da população sobre a protecção ambiental, para reduzir gradualmente a dependência dos utensílios de mesa plásticos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.12.2020

Promover a criação de um ambiente social que valorize a vida e aumentar o apoio à saúde mental nos bairros comunitários

Há dias, o Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, afirmou que no primeiro trimestre deste ano se tinham registado 56 suicídios, um aumento de 6 casos face ao período homólogo do ano passado, e que, nos últimos meses, se registaram dois suicídios de menores, o que demonstra a tendência de subida da taxa de suicídios em Macau.

Fazendo uma retrospectiva, a epidemia do novo coronavírus já se mantém há cerca de um ano, a economia está a desenvolver-se de forma incerta, verificando-se mudanças nos empregos e rendimentos, e aumento do stress nos cuidados domiciliários, o que leva os cidadãos a terem facilmente sentimentos negativos, tais como inquietação, irritação e depressão. Há dias, um centro de psicoterapia afirmou que, entre Janeiro e Outubro deste ano, recebeu 363 novos casos, e até Agosto passado, 20% dos seus pacientes tinham a intenção de suicidar-se ou mutilar-se. Além disso, várias associações fizeram inquéritos sobre o estado emocional e a aprendizagem dos alunos, os quais revelam que alguns deles estão stressados e ansiosos depois de terem retomado as aulas. Mais, a suspensão das aulas físicas no primeiro semestre do ano, em virtude da epidemia, afectou a aprendizagem e a vida social dos jovens, alterando, inevitavelmente, a sua relação com os pais e colegas, e aumentando, assim, o risco de suicídio. Dos casos de suicídio e automutilação acima referidos, 28 dizem respeito a estudantes menores, o que é muito preocupante.

Quanto à saúde mental, foi implementado o mecanismo conjunto de “prevenção conjunta de quatro níveis”, para responder às doenças mentais e emocionais dos residentes. Os cidadãos comuns têm conhecimentos limitados sobre psicologia e emoções, e quando estão doentes não procuram ajuda nem aceitam tratamento, com receio de serem rotulados. Nos últimos anos, já se aceita mais as entidades ligadas ao tratamento psicológico, contudo, segundo algumas delas, as vagas para este tipo de tratamento ainda são poucas e insuficientes para dar resposta ao número das pessoas que pede ajuda.

Espero que o Governo optimize a rede de apoio à saúde psicológica na comunidade, promovendo um ambiente social que valorize a vida. Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Avaliar a situação dos serviços subsidiados das associações civis, para que mais residentes possam aceitar o tratamento que estas oferecem e sejam acompanhados de forma contínua; apoiar o desenvolvimento do diagnóstico da “situação psicológica”, para concretizar o objectivo da detecção e tratamento precoces; e ajudar atempadamente as pessoas com indícios de saúde mental debilitada, para reforçar o papel das referidas associações no âmbito da saúde psicológica na comunidade.

2. Tomando como referência o site “shall we talk”, lançado recentemente pelas regiões vizinhas, o IAS deve tomar a iniciativa de reorganizar os recursos comunitários, criando um site dedicado à saúde mental, no sentido de ajudar os residentes a livrar-se, quanto antes,

das emoções negativas, dando-lhes a conhecer as vias de acesso à assistência psicológica, e incentivá-los a divulgarem, em várias plataformas, as ideias de valorização da vida e da saúde mental, criando um ambiente social de valorização da vida.

3. Segundo a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, em 2019 existiam cerca de 250 orientadores, o que corresponde a uma proporção de 1 para cada 300 alunos. No entanto, tendo em conta as condições físicas e psicológicas dos alunos e a actual situação epidémica, a DSEJ deve implementar, com a maior brevidade possível, a proposta constante do “Estudo sobre os serviços de aconselhamento aos alunos de Macau”, aumentando a proporção do número de orientadores para 1 por cada 250 alunos.

4. Criar um grupo de trabalho interserviços para a prevenção do suicídio. O tema suicídio é um assunto público e envolve muitos factores de risco e de protecção da vida. Sugiro ao Governo que tome como referência o grupo de trabalho interdepartamental para a prevenção do suicídio de Hong Kong, criado em 2017, para, através de uma intervenção diversificada e inovadora, otimizar as diversas medidas de protecção da vida, tais como a limitação de acesso aos instrumentos de suicídio, o rastreio da saúde psicológica em grande escala para grupos de alto risco e a redução da rotulagem dos cidadãos que precisam de apoio psicológico, entre outros.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 16.12.2020

No Relatório das LAG para 2021 refere-se o aprofundamento da integração intersectorial de “Turismo +”, e que se vai estimular a vitalidade do corpo principal da economia de Macau mediante o alargamento dos mercados de visitantes. No âmbito do “Turismo + Desporto”, vai adoptar-se uma nova mentalidade na adopção de incentivos para promover a integração do turismo com os elementos desportivos, aproveitando as características dos recursos regionais para impulsionar o desenvolvimento do turismo desportivo, por forma a reforçar os efeitos da economia do turismo. Refere-se também nesse Relatório que deve aproveitar-se os benefícios sociais e os efeitos de marcas de eventos desportivos para proporcionar às empresas de Macau oportunidades de publicidade e promoção, a par de construir uma plataforma de promoção e marketing para as indústrias culturais e criativas, promovendo o turismo desportivo e desenvolvendo a economia do desporto, expandindo gradualmente a cadeia da indústria do desporto e promovendo a diversificação da economia de Macau.

A epidemia está a abrandar em Macau, e o nível de segurança é elevado. Macau, enquanto local seguro e agradável para visitar, deve aproveitar a marca internacional dos seus eventos desportivos, tais como o Grande Prémio e a Maratona, para organizar mais actividades desportivas e artísticas para impulsionar a sua economia. Pelo exposto, proponho:

1. Como a situação epidémica na Europa e nos Estados Unidos da América ainda não estabilizou, e atendendo à necessidade de prevenir a epidemia, o Governo deve, na organização mensal de um evento desportivo de grande dimensão, contar mais com as regiões e cidades onde a situação epidémica é mais satisfatória. Por exemplo, organizar competições desportivas e actividades de intercâmbio na área da Grande Baía, o que contribui para atrair turistas e impulsionar a economia, e também transmitir à população das diferentes regiões do Interior da China, em directo e em diferido, a mensagem positiva de que Macau é uma cidade turística segura, demonstrando a sua imagem de centro mundial de turismo e lazer, para incentivar as pessoas a visitar-nos e, assim, impulsionar a recuperação da nossa economia.

2. Sugiro que o Governo realize actividades desportivas de tipos diferentes, criando mais espaços aos atletas e deixando os residentes participar nelas, o que contribui para criar um ambiente desportivo na sociedade. Tal como, a “semana cultural e desportiva” realizada no passado, tendo incluído competições de diferentes modalidades desportivas, exposições, palestras, feiras de convívio e bazares, etc. Através da cooperação entre o Governo e a população, a realização de eventos desportivos pode promover o valor do desporto ao nível cultural e social, e disponibilizar aos residentes programas diversificados, para que Macau seja dinamizada e revitalizada.

3. Apoiar o Governo continuar a realizar festivais para promover, em conjuntos, as indústrias desportivas, turísticas, criativas e culturais, e a gastronomia, criando eventos e festivais de Macau. Tais como, o Festival Naval e o Carnaval de Balão em Taiwan combinaram passeios turísticos, gastronomia, produtos culturais e criativos, instalações

artísticas e concertos. Podemos dizer que isto combina o desporto com a gastronomia, o alojamento, o turismo e compras, criando uma marca desportiva e turística. Macau conta com áreas marítimas de 85 metros quadrados, organizando competições de velas e concertos nas praias, assim sendo, pode considerar promover tudo isto em conjunto, para criar eventos ou festivais desportivos de Macau.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.12.2020

Melhorar a clareza dos nomes das estações do Metro Ligeiro e concretizar gradualmente a localização dos respectivos trabalhadores

A Linha da Taipa do Metro Ligeiro entrou em funcionamento no final de 2019, com 11 estações em 9,3 km, podendo chegar a vários hotéis de grande dimensão e pontos de interesse, e permitindo aos passageiros apreciar a paisagem ao longo do percurso.

Desde a entrada em funcionamento do metro, os cidadãos e turistas têm manifestado que as placas de indicação sobre as linhas e os hotéis e pontos turísticos nas proximidades, instaladas nas estações, não são claras e, segundo outros cidadãos, não estão instaladas num local bem visível e são poucas. Mais, não há nenhuma placa que indique o terminal de correspondência mais perto da saída da estação em causa, nem indicação sobre os locais aos quais nos podemos dirigir. O horário de funcionamento do metro é das 06:30 às 23:15 horas e a sua frequência de circulação é em cada 10 a 15 minutos, mas o número de passageiros não aumentou.

Depois de uma observação, verifica-se que, das 11 estações, apenas três têm indicações claras, incluindo as do Terminal Marítimo da Taipa, do Aeroporto e do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus, e, em relação às restantes, não há nenhuma indicação sobre os locais aos quais nos podemos dirigir, e não se sabe o significado dos seus nomes, especialmente, os das estações Cotai Leste, Cotai Oeste, Pai Kok e Oceano, que não são compreensíveis mesmo para os residentes, para não falar dos turistas, o que não favorece o aumento do número de passageiros.

Sugiro ao Governo que tome como referência as regiões vizinhas, isto é, nas saídas das estações, instalar placas indicativas sobre os destinos a que podemos chegar, aditar apresentações sobre os pontos turísticos próximos (por exemplo, na estação Pai Kok: os bairros antigos, a Rua do Cunha e a Rua do Regedor; na estação Cotai Leste: o *Wynn Palace*, o *City of Dreams* e o *MGM*; na estação Cotai Oeste: o *Venetian* e o *Galaxy Macau*; na estação do Posto Fronteiriço de Lótus: o *Studio City*; na estação dos Jogos da Ásia Oriental: a Piscina Olímpica, a Travessia Pedonal e o Parque Central, etc.), e elencar os itinerários de correspondência dos autocarros. Pode também aumentar as indicações, no caminho para as estações do metro, para orientar a direcção de chegada às estações.

Deve-se aproveitar o período epidémico, em que os turistas são reduzidos, resolvendo rapidamente a situação referida, para facilitar o uso do metro ligeiro pelos cidadãos e turistas, elevar a taxa do seu uso e aliviar a aglomeração de pessoas noutros meios de transporte.

Por fim, concretizar a localização dos talentos na gestão do metro ligeiro, elevar e formar as técnicas profissionais dos colegas de Macau, e organizar mais cursos de formação técnica e estágios no exterior, na expectativa de localizar, gradual e integralmente, o projecto do metro ligeiro.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.12.2020

Melhorar o mecanismo de divulgação das informações sobre a aquisição e a administração da vacina contra o novo coronavírus

A epidemia persiste há cerca de um ano, com profundo impacto na economia e na sociedade em todo o mundo. Vários países estão a esforçar-se por controlar a epidemia, e também estão a tentar recuperar a economia, mas, devido à gravidade e à recorrência da epidemia, os planos de recuperação económica dos diversos países ficaram bloqueados. Assim sendo, todos os países depositam a esperança de controlar a epidemia e de reanimar a economia na vacina contra o novo coronavírus.

A epidemia surgiu há apenas cerca de um ano, mas a investigação e o desenvolvimento das vacinas foram rápidos, pois muitos países já viram as suas vacinas entrar na terceira fase de testes clínicos, e alguns países até já aprovaram o uso urgente da vacina, por exemplo, o Reino Unido, que, em 8 de Dezembro, começou a vacinar os idosos com mais de 80 anos e os profissionais de saúde; e o governo da Indonésia até está a preparar um programa de vacinação em massa.

No entanto, a segurança das vacinas é muito preocupante. Segundo as recentes afirmações do académico da Academia Chinesa de Engenharia, Zhong Nanshan, para se encontrar uma vacina realmente boa, são necessários pelo menos dois ou três anos, pois normalmente são cinco ou seis. Durante o recente debate das LAG, as autoridades também afirmaram que as vacinas de todo o mundo ainda não tinham passado da terceira fase de testes clínicos, daí haver algum risco, e que independentemente da vacina a usar, era preciso ter mais dados para análise.

O Governo tem vindo a adquirir, a nível mundial, vacinas contra a COVID-19, e está a planear adquirir 1,4 milhões de doses. A primeira série chega a Macau no primeiro trimestre do próximo ano e a vacinação será prioritária para os grupos de primeira linha e de alto risco, ou para os que tenham necessidades especiais. Estes esforços merecem o nosso reconhecimento. Mas, a meu ver, na falta de dados suficientes para suportar a segurança das vacinas, não se deve implementar tão cedo um programa de vacinação universal. A situação epidémica está a abrandar e as diversas medidas preventivas são eficazes, portanto, prevê-se que não seja muito elevado o número de pessoas a querer ser vacinadas. Com vista à boa aplicação do erário público, o Governo pode adquirir as vacinas de forma faseada, começar por uma pequena quantidade de vacinas para observar os efeitos e só quando as vacinas estiverem mais amadurecidas e estáveis é que se deve implementar um programa de vacinação universal.

No processo de vacinação, o Governo deve respeitar a vontade dos cidadãos e divulgar informações detalhadas, tais como, o fabricante, a eficácia, a segurança, a conservação durante o transporte, os efeitos secundários, etc., para que os cidadãos possam decidir se querem ser vacinados e qual a vacina que preferem.

Por fim, usar máscara, lavar frequentemente as mãos, manter a higiene pessoal e não se concentrar são as formas mais fáceis e eficazes para evitar a COVID-19. Espero que os cidadãos continuem a colaborar com as medidas preventivas e mantenham a consciência de prevenção da epidemia, para proteger a sua própria saúde e a da sua família!

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.12.2020

O Governo está a realizar uma consulta pública sobre o Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior (2021-2030), no qual se propõe 4 pontos prioritários: cultivar o sentimento de amor pela Pátria e por Macau e uma visão internacional; desenvolver o *soft power* dos alunos; aumentar o seu sentimento de felicidade; e reforçar o ensino da criatividade e das tecnologias de informação e comunicação. Define ainda os objectivos de desenvolvimento para os ensinos infantil, primário, secundário e técnico-profissional, e propõe diversas medidas para alcançar os referidos objectivos, com vista a garantir a segurança dos alunos, promovendo o seu saudável desenvolvimento físico e mental, reforçando a cooperação regional na área da educação, e assegurando o desenvolvimento sustentável do ensino não superior de Macau.

Fazendo uma retrospectiva sobre o desenvolvimento do ensino não superior nos últimos dez anos, com o aumento do investimento na educação e o aperfeiçoamento dos regimes e leis, e com os esforços de todos os sectores da sociedade, o nível educativo de Macau aumentou. O nível da capacidade dos alunos e a qualidade do ensino são reconhecidos pela Avaliação Internacional de Alunos (PISA), e o novo planeamento oferece, precisamente, uma oportunidade para avaliar os resultados e as insuficiências do desenvolvimento educativo no passado, permitindo assim elaborar um planeamento educativo mais adequado à nova era e formar talentos, também eles adequados à nova era.

A conjuntura internacional tem sofrido mudanças e a educação sobre o amor pela Pátria e por Macau tem sido alvo de maior atenção. No novo planeamento define-se expressamente que “formar o sentimento de amor pela Pátria e por Macau e a visão internacional” é o rumo do desenvolvimento, o que favorece o reforço do sentimento de identidade dos alunos em relação ao País e a Macau, fornecendo uma base para a formação de alunos com visão internacional. O Governo tem adoptado várias medidas, por exemplo, incentiva as escolas a integrarem a Constituição e a Lei Básica nas disciplinas obrigatórias e opcionais, lançou o plano educativo sobre a extensão do sentimento de amor pela Pátria e por Macau e promove a realização da actividade de hastear da bandeira nacional nas escolas, mas, a promoção da educação patriótica deve ser feita aos mais diversos níveis e das mais diversas formas. Nos últimos anos, o nosso país tem tido um bom desenvolvimento nas áreas da ciência e tecnologia, da criatividade e da cultura, o que tem contribuído e produzido influências positivas para o desenvolvimento mundial, e isto deve servir de referência para Macau. No futuro, através do plano de cooperação, pode reforçar-se o desenvolvimento da criatividade, da educação científica e tecnológica e do *soft power* dos alunos, permitindo que estes fiquem a conhecer a Pátria a fundo. Deve deixar-se que os alunos compreendam os êxitos extraordinários do desenvolvimento nacional dos últimos anos e cultivem o seu sentimento de pertença à Pátria, fazendo com que sintam orgulho de ser chineses e, conseqüentemente, aumentem o seu sentimento de felicidade.

É claro que a felicidade dos alunos pode ser afectada por vários factores. Temos de prestar atenção ao ensino, mas também ao estado psicológico dos alunos, sobretudo perante o aumento da pressão na aprendizagem e a complexidade das relações familiares, cujas influências podem ser grandes. Espero que o Governo preste mais apoio aos alunos, para que estes possam crescer num ambiente feliz.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.12.2020

Há que recorrer à via legislativa ou a outras medidas para reforçar a fiscalização das empresas de capitais públicos

Em Macau, há várias empresas de capitais públicos. O Governo já criou o Gabinete para o Planeamento da Supervisão dos Activos Públicos para reforçar a fiscalização daquelas empresas e dos fundos autónomos, tendo previsto a publicidade das informações sobre os mesmos. Contudo, até ao momento ainda não foi lançada uma lei específica sobre esta matéria, assim, é difícil assegurar eficazmente a eficiência da gestão, o aproveitamento racional do erário público e o respeito pelos interesses da sociedade e do público em diversas vertentes, tais como a contratação do pessoal, aquisições e investimentos, etc.

No Relatório de Auditoria de Resultados intitulado “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.” que o Comissariado da Auditoria divulgou em Março, bem como no recente relatório intitulado “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.”, revelam-se vários problemas detectados nessas empresas de capitais públicos, designadamente, a imprudente tomada de decisões, um indesejável regime de fiscalização e a dificuldade em assegurar o aproveitamento racional do erário público. Quanto às empresas de capitais públicos, que são suportadas pelo erário público, em todas elas ou na esmagadora maioria delas, a Assembleia Geral e o Conselho de Administração gozam, tal como nas empresas privadas, de flexibilidade na gestão e na tomada de decisões. Se não houver fiscalização e se não for necessária a assunção de responsabilidades pelas decisões sobre as participações sociais e os investimentos, facilmente surgirão problemas. O Governo deve prestar atenção a isto e avançar com o devido aperfeiçoamento.

Em primeiro lugar, a fiscalização das empresas de capitais públicos deve ser reforçada através de legislação ou de outras medidas. Por exemplo, a Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. foi criada há 10 anos, o capital acumulado injectado pelo Governo atingiu 10 mil milhões de patacas, mas essa sociedade sempre registou prejuízos. Mais, as despesas da sociedade são avultadas, as despesas decorrentes da gestão geral, tais como as despesas com o pessoal, serviços de consultoria e a promoção e divulgação foram as mais elevadas e continuaram a aumentar. Em 2019, as despesas ultrapassaram 270 milhões de patacas, um aumento de 44% em comparação com o ano de 2018; o Comissariado de Auditoria descobriu ainda que, mesmo faltando documentos de análise pormenorizada sobre as taxas de retorno ou um relatório de estudo formal, o Governo ainda decidiu construir um empreendimento hoteleiro. A sociedade questiona se tal decisão não terá sido tomada precipitadamente. No entanto, o Governo nunca definiu um tecto nem estabeleceu qualquer critério para a injeção de capital, nem apresentou qualquer proposta para reforçar a capacidade de exploração do Fundo, com vista à obtenção de maior rentabilidade, e, no próximo ano, voltamos a ter mais uma injeção de capital que ultrapassa 100 milhões de patacas. Não será isto um “lago sem fundo”? O Governo deve prestar esclarecimentos, definir critérios sobre a injeção de capital e definir mecanismos de fiscalização rigorosos para as empresas de capitais públicos.

Segundo: devem ser estabelecidos indicadores quantitativos de eficiência a curto, médio

e longo prazo, para facilitar a fiscalização da sociedade sobre as empresas de capitais públicos, incluindo a fiscalização das respectivas subsidiárias, caso estas existam, e deve ser criado um mecanismo de avaliação.

Terceiro: deve-se definir claramente os direitos e deveres dos accionistas ou representantes do Governo que sejam responsáveis ou que participem na gestão de empresas de capitais públicos, estes devem, nomeadamente, possuir conhecimentos e capacidades profissionais na área, e é ainda necessário elevar os respectivos requisitos profissionais e de gestão, a fim de assegurar que os representantes possam cumprir as suas funções.

Quarto: As empresas de capitais públicos devem estabelecer exigências claras para a formação de talentos locais. Veja-se o exemplo do Metro Ligeiro, em que a respectiva empresa e a adjudicatária da exploração do Metro, a MTR (Macau), não estão a formar, de forma satisfatória, os trabalhadores locais, especialmente nas áreas da exploração, gestão, manutenção e conservação. No entanto, parece que o Governo não dá importância à questão, por entender que se trata de uma questão empresarial. É de salientar que as empresas com avultados investimentos do erário público têm a responsabilidade indeclinável de formar quadros locais, devendo os serviços competentes exigir-lhes expressamente tal formação, e proceder, para o efeito, a avaliações periódicas.

Finalmente, sugere-se que o Comissariado da Auditoria continue a realizar auditorias específicas e de resultados às empresas de capitais públicos, por forma a verificar profundamente, a eficácia e a adequação das verbas aplicadas, para além das questões de gestão, a fim de prevenir irregularidades e promover o funcionamento dessas empresas, no sentido de este corresponder aos benefícios económicos e sociais.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.12.2020

Criar um mecanismo de coordenação para os litígios de aquisição de propriedades no Interior da China

Face aos preços elevados das casas em Macau, muitos residentes compram casa no Interior da China, aderindo à febre de investimento na Grande Baía. Porém, como não conhecem bem as leis e políticas, são muitas vezes atraídos e enganados pelos truques de *marketing*, e não conseguem recuperar o prejuízo. Cheguei a receber pedidos de ajuda de vítimas do projecto “Guang Bo Hui” e reencaminhei-os para o Chefe do Executivo. Recentemente, houve mais um caso deste género. As vítimas não tiveram outra escolha senão mandar uma carta ao Governo e realizar uma conferência de imprensa, pedindo que o Governo interviesse para reaver o dinheiro arduamente ganho.

Com vista a promover o desenvolvimento do sector imobiliário, várias cidades da Grande Baía anunciaram, nos últimos anos, políticas de “relaxamento” do mercado imobiliário, a que acresce a boa notícia da deslocação dos veículos da RAEM à China, o que leva à necessidade de investimento na aquisição de imóveis na Grande Baía. Muitos residentes têm recebido chamadas telefónicas sobre imóveis no Interior da China, e alguns promotores de lá usam publicidade para divulgar informações, adoptando, por exemplo, o método de “retorno por arrendamento” ou de lucros elevados para atrair os residentes a adquirir habitações, mas muitas vezes só depois de celebrarem o contrato é que descobrem que as fracções não correspondem ao previsto ou que os promotores, por diversas razões, atrasam a entrega das fracções, ou que os projectos não estão a ser devidamente acabados, portanto, os compradores correm o risco de perder dinheiro com os seus empréstimos, só que ninguém os ajuda, necessitando ainda de contratar um advogado para reivindicarem os seus direitos e interesses, o que agrava ainda mais a situação.

Nos últimos anos, o Conselho de Consumidores tem alertado os residentes para o risco de comprar casa no exterior, mas este e a Delegação de Guangdong da Federação das Associações dos Operários de Macau continuam a receber pedidos de apoio sobre conflitos na aquisição de habitação no Interior da China, nomeadamente, em Jiangmen, Zhongshan, Zhuhai e Hengqin, envolvendo muitos residentes e montantes avultados. Os lesados podem pedir o reembolso por via judicial, mas até agora os problemas ainda não foram resolvidos, o que para eles é uma tortura mental diária, aumentando os conflitos familiares e afectando as pressões familiares e económicas.

São frequentes os casos em que as pessoas caem numa armadilha na compra de habitação no Interior da China, e, para evitar que mais residentes sejam vítimas, apresento três sugestões:

1. Criar mecanismos de cooperação para ajudar as vítimas na reivindicação dos seus direitos. Nos últimos anos, o Governo da RAEM empenhou-se na criação de um mecanismo de negociação com o Interior da China, mas não existe um mecanismo perfeito de

cooperação e comunicação entre as duas partes em relação aos conflitos com aquisição de imóveis, e espera-se que o Governo colabore activamente com a China, proporcionando canais de apoio aos residentes no tratamento de litígios e processos judiciais ligados à aquisição de habitação transfronteiriça.

2. Regular a venda de propriedades fora de Macau. É necessário criar um regime de registo e examinação para as actividades de promoção e venda de propriedades no exterior, a fim de evitar a divulgação de informações falsas, reduzindo as hipóteses de os residentes serem enganados.

3. Reforçar a divulgação. Os serviços competentes devem, através de diferentes meios, apelar e chamar a atenção dos residentes para os riscos e armadilhas na aquisição de propriedades no exterior, alertando-os para, antes de o fazerem e de celebrarem os contratos, conhecerem melhor a política e legislação imobiliária local, reduzindo as hipóteses de cair em armadilhas.

2020-12-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"Vale a pena gastar do erário público cerca de 300 mil patacas por cada queixa recebida pela "Comissão de Gestão do Tratamento de Queixas Apresentadas por Trabalhadores da Função Pública"?"

Em tempos de pandemia, quebra das receitas públicas e redução de 10% nas despesas anuais dos serviços públicos e cortes nos apoios aos idosos, muitos cidadãos têm estado a perguntar se vale a pena gastar cerca de 240 mil patacas por cada uma das 21 (vinte e uma) queixas apresentadas pelos trabalhadores da função pública na "Comissão de Gestão do Tratamento de Queixas Apresentadas por Trabalhadores dos Serviços Públicos", todas elas, na sua maioria, relacionadas com "problemas de comunicação interpessoal" "comunicações não fluidas" e "falta de técnicas de comunicação" ou seja, questões de "lana-caprina" no âmbito da gestão interna dos serviços.

A "Comissão" foi criada em Setembro de 2017 e até Dezembro desse ano recebeu três queixas. Em 2018 recebeu durante ano inteiro oito queixas e depois foi diminuindo ou seja, recebeu seis queixas em 2019 e neste ano até Novembro, a Comissão recebeu apenas quatro queixas. Muitíssimo pouco trabalho para uma Comissão cujos membros só trabalham em regime parcial mas recebem mais de três dezenas de milhares de patacas em salários por mês (índices 385 e 340 da tabela indiciária).

Anos após anos, são gastos centenas de milhões de patacas em cursos de formação e outros de natureza análoga aos trabalhadores da função pública e na nossa perspectiva, estes simples problemas de "comunicação interpessoal" bem poderiam ser reduzidos e eliminados com uma melhor gestão e liderança interna por parte dos dirigentes e chefias e economizando cerca de cinco milhões de patacas por ano no pagamento de salários aos membros da Comissão entre outras despesas.

Enfim, uma Comissão que mais parece como as dezenas de fundos públicos, muitos que ainda funcionam como "minas de ouro" na distribuição de fundos públicos. As entidades públicas competentes sabem, vêem e percebem perfeitamente a inutilidade da Comissão que foi criada e destinada a sustentar um círculo restrito de bons amigos.

Enfim, como bem se diz na gíria "Quem pode, bem pode; Quem não pode, se sacode".

Muito Obrigado!

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.12.2020

Apoio e ajuda à indústria da pesca

A pesca foi um dos principais pilares da economia de Macau. Após o retorno à Pátria, o sector do jogo de Macau desenvolveu-se rapidamente, atraindo muitos pescadores para nele trabalharem, e o Governo prestou pouco apoio ao desenvolvimento da pesca, assim, esta indústria começou a atrofiar-se. Mas a indústria da pesca é uma das mais importantes para a diversificação económica de Macau, e muitos operadores do sector afirmaram que esperam que as autoridades possam apoiar o planeamento do futuro desenvolvimento da pesca, apoiando a sua reconversão e valorização, e, ao mesmo tempo, dar mais apoio no que respeita aos estabelecimentos de venda por grosso e a retalho de pescado e ao seu modo de exploração, para que o respectivo sector tenha mais espaço de desenvolvimento.

Segundo alguns operadores do sector, como ainda não há em Macau um mercado de venda por grosso de peixe, ao longo dos anos, os comerciantes das “tendinhas de peixe” têm-se concentrado na beira-mar do Patane. Com a grande concentração de pessoas e veículos nessa zona e na Doca do Lam Mau, especialmente nas horas de ponta da manhã, na ida para o local de trabalho e escolas, as ruas estão ocupadas por veículos de pesca e por grossistas, o que causa engarrafamentos e confusões. Pelo exposto, os residentes e o sector em causa têm apelado às autoridades para procederem ao devido aperfeiçoamento e acompanhamento, mas, até agora, estas situações ainda não foram resolvidas.

As autoridades referiram que a criação do mercado abastecedor de peixe envolve um vasto leque de matérias, e os problemas por resolver são complexos, envolvendo a concessão de terrenos e a gestão da entrada e saída fronteiriças. Assim, é difícil elaborar, a curto prazo, um projecto aperfeiçoado. Foi criado um grupo de trabalho especializado para estudar a viabilidade da criação desse mercado, mas, até à data, as autoridades não acompanharam ainda o tal estudo, depois da extinção do “Fishing Industry Advisory Committee”. Os operadores do sector esperam que o grupo de trabalho conclua, quanto antes, esse estudo, para criar um estabelecimento de exploração público que facilite a carga e a descarga das mercadorias do sector.

Para além da criação do mercado, há que apoiar a valorização e a reconversão da indústria piscatória; aproveitar bem os cais e a paisagem costeira para criar ruas ou mercados de mariscos com características próprias, tal como nalgumas cidades turísticas marinhas, transformando-os em pontos turísticos locais. Macau reúne condições para desenvolver indústrias semelhantes. No texto de consulta do “Plano Director” refere-se a “revitalização do Porto Interior”, que inclui a construção de ruas comerciais e jardins à beira-mar, para revitalizar a economia do Porto Interior e criar um novo local turístico. Há que pensar então em criar ruas de mariscos ou mercados de peixe no Porto Interior ou noutras zonas costeiras, criando assim novos elementos turísticos, em articulação com o planeamento do Porto Interior, em prol de mais benefícios económicos para Macau.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.12.2020

Reflexões sobre a reforma administrativa sob a epidemia

Recentemente, quer o Governo quer os cidadãos falaram da reforma administrativa, portanto, eu também queria abordar hoje esta questão. Na realidade, para concretizar esta reforma, os regimes têm de acompanhar a evolução dos tempos, mas o mais importante é formar quadros qualificados que consigam pôr os regimes em execução, porque qualquer regime ou política têm de ser executados por seres humanos. Assim, a qualidade e a atitude de trabalho dos funcionários públicos são cruciais para o sucesso ou fracasso da reforma administrativa. Neste momento, não são poucos, nos serviços públicos, os funcionários públicos com qualidade que, pelos mais diversos motivos, não foram descobertos. Durante a epidemia, a nossa equipa notou que, no âmbito dos funcionários, alguns não fizeram nada, enquanto outros registaram um aumento da eficiência administrativa. Isto demonstra que o sucesso de muitas coisas depende dos esforços humanos.

Veja-se o exemplo do Secretário André Cheong. Nós, a partir de 2009, fiscalizamos a taxa de pontualidade do envio, por parte do Governo, das respostas às interpelações, mas a média desse envio dentro do prazo definido foi, nos anos recentes, cerca de 30 por cento, e as razões alegadas eram muito trabalho e necessidade de coordenação interdepartamental. Em 11 de Junho deste ano, na resposta a uma interpelação oral minha, o Secretário André Cheong comprometeu-se a aumentar essa taxa e acabou por “honrar” a promessa. Segundo as estatísticas, desde o dia 1 de Junho até hoje, a taxa de resposta às interpelações escritas atingiu 97 por cento. Mais, o Director Tam Vai Man, que é só uma pessoa, desempenha, cumulativamente, as funções de Director nos Serviços de Protecção Ambiental e noutro serviço público, e tem trabalhado arduamente e concluído as suas tarefas. Outro exemplo é a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT): antes não tinha bom desempenho, mas, com a reforma efectuada pela “mana Ha”, após assumir o cargo de directora, com a gestão humanizada, as queixas dos cidadãos diminuíram. O Presidente Arnaldo Santos também se esforçou muito, agindo rapidamente para resolver a morosidade na celebração das escrituras de habitação pública. Mais, Macau é uma cidade pequena com muitas pessoas e muitos veículos, mas o Director Lam conseguiu nos últimos anos alguns bons resultados no trânsito. Os serviços públicos subordinados ao Secretário para a Economia e Finanças aplicaram muita energia para salvaguardar o emprego e revitalizar a economia. Os agentes das Forças de Segurança e os trabalhadores dos Serviços de Saúde, que estão na linha da frente a combater a epidemia, prestaram um trabalho extraordinário para salvaguardar a nossa saúde e, mais, soube recentemente que o Director Lei Chin Ion estava a negociar os preços depois da escolha das vacinas, o que provoca cansaço mental. Todos esses dirigentes e serviços competentes que acabei de referir merecem elogios!

Os exemplos que citei são bons para demonstrar que o regime está morto e a pessoa é que está viva. De facto, independentemente de o sistema político ser bom ou mau, a atitude do executor é muito importante, porque qualquer sistema precisa de ser executado por pessoas. Os regimes criados não conseguem sempre acompanhar a realidade, porque, quando se altera o regime, este pode já estar mais atrasado do que a evolução dos tempos, por isso o factor humano é o factor mais importante. De facto, a nossa equipa já sugeriu

várias vezes ao Governo, desde 2015, a criação, o mais rápido possível, de uma reserva de talentos e de formação, mas, infelizmente, até agora, ainda não se concretizou. Mas, segundo especialistas, académicos e residentes, é premente formar bons funcionários públicos e criar uma reserva de talentos.

Por outro lado, o relacionamento entre o poder executivo e o poder legislativo é inseparável. Sob a predominância do poder executivo, os especialistas e académicos consideram que o poder executivo e o poder legislativo se complementam, cooperam, fiscalizam e restringem, por isso, no processo da reforma administrativa, ao mesmo tempo que se deve elevar a qualidade dos funcionários públicos, os Deputados também devem elevar o seu nível de participação política. Assim, nos últimos anos, foi proposto que o Governo estabelecesse planos de formação para os funcionários públicos, logo, será que os Deputados podem ter a oportunidade de participar num curso de formação em conjunto com os funcionários públicos? Isto porque, no processo de aprendizagem, pode-se perceber e compreender melhor a situação de trabalho da outra parte, e também é mais fácil chegar a um consenso no trabalho, fazendo com que todos possam servir melhor a população no futuro! Concordam comigo?

IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 16.12.2020

O Governo deve adoptar medidas para combater o agravamento do suicídio

De acordo com os Serviços de Saúde, nos primeiros três trimestres, registaram-se 56 suicídios, mais 8 do que no mesmo período do ano passado, ou seja, um aumento de 16%. É de notar que 19 casos têm origem em doenças físicas crónicas, mais 6 do que no ano passado, 13 resultam de doenças mentais, mais 1 do que no ano passado, e 5 resultam de problemas financeiros, motivo que foi incluído pela primeira vez nas estatísticas deste ano. Durante o recente debate das LAG da área dos Assuntos Sociais e Cultura, responderam-me que as instituições de serviço social receberam recentemente mais pedidos de ajuda relacionados com problemas emocionais e suicídio. No 4.º trimestre, foram noticiados vários casos, envolvendo motivos diversos: velhice e doença, conflitos entre filhos e pais, problemas amorosos, dificuldades financeiras, etc.

Quando não são tratados atempadamente, estes problemas podem resultar em suicídio. Perante a recessão económica e o desemprego durante a epidemia, o Governo tem de definir soluções atendendo às características e causas dos recentes casos de suicídio.

Primeiro, devido ao aumento dos suicídios entre os pacientes com doenças crónicas, as autoridades têm de encontrar uma forma para aperfeiçoar os trabalhos de prestação de cuidados a esses indivíduos, a fim de aliviar o seu sofrimento. Os recursos ao nível dos serviços sociais são suficientes e proporcionalmente distribuídos? O pessoal das instituições que cuidam de pacientes com doenças crónicas é suficiente? Dispõe de equipamentos e meios suficientes para aliviar eficazmente o sofrimento destes pacientes?

Mais, espera-se que as autoridades da acção social não ignorem estes pacientes, pois, nos últimos meses, têm-se registado casos de suicídio por enforcamento em lares de idosos. Os idosos suicidaram-se devido à tortura das doenças crónicas? Ou por serem infelizes? Tudo isto exige averiguação e estudo. Segundo os estudos da Caritas sobre o banco alimentar, de entre apenas 697 entrevistados, 62% são idosos, 18,2% demonstram sintomas clínicos de depressão e 15,6% pensaram em suicidar-se. Por isso, a depressão e o suicídio são comuns entre os beneficiários do bano alimentar, que são, na maioria, idosos. O recente aumento dos suicídios é apenas um alarme que acabou de soar.

Em relação ao recente aumento dos casos de suicídio juvenil, os alunos suspenderam os estudos durante algum tempo devido à epidemia, e há uma desconexão na aprendizagem. Será que os conhecimentos e as capacidades dos alunos conseguem adaptar-se ao conteúdo do novo ano de escolaridade? Neste sentido, sugere-se às escolas para não apressarem o ritmo e para não aumentarem a pressão da aprendizagem, podem acelerar ligeiramente o andamento tendo em conta a capacidade real de aprendizagem, de modo a evitar, na medida do possível, impactos negativos causados por excessos de pressão. Segundo um estudo realizado em Agosto de 2020, existe uma tendência de aumento do número de jovens que utilizam o *smartphone* para aceder à *internet*, portanto, os pais devem prestar atenção às redes sociais a que os seus filhos normalmente acedem e averiguar se participam em grupos secretos, devem comunicar mais com os filhos, compreender as suas necessidades, ralar

menos e encorajar mais. Portanto, as autoridades da educação e da acção social devem, consoante a situação, reforçar a cooperação entre a família e a escola e, fornecer mais recursos para a educação dos pais, ensinando-os a lidar correctamente com os seus filhos, transformando os conflitos em boas oportunidades de comunicação.

Por fim, a prevenção do suicídio nunca é uma medida única a implementar num só dia, é sim um trabalho de longo prazo que requer uma estreita colaboração com vários estratos sociais e serviços públicos. De facto, segundo a análise dos suicídios em Macau ao longo dos anos, verifica-se que são mais os homens idosos e de meia idade que se suicidam. Por isso, a longo prazo, as autoridades devem reforçar os trabalhos de prevenção do suicídio direccionados para este grupo. Mais, as autoridades podem também tomar como referência os exemplos do exterior, introduzindo a tecnologia para melhorar o mecanismo de prevenção do suicídio, por exemplo, tomar como referência a prática do Interior da China, em que o desenvolvimento da tecnologia de inteligência artificial contribui para examinar, automaticamente, os comentários com elevado risco de suicídio divulgados no Fórum Weibo por aqueles que querem suicidar-se, para que os grupos de intervenção possam proceder a análises e ao seu salvamento. A autoridades devem também melhorar o mecanismo de aconselhamento psicológico, para a prevenção na comunidade, melhorando as qualificações profissionais e implementando um sistema de registo dos técnicos de aconselhamento psicológico o mais rapidamente possível, de modo a ajudá-los a elevar o seu nível profissional e a detectar e prevenir, o mais cedo possível, o suicídio na comunidade.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.12.2020

Medidas de apoio para as instalações logísticas, o depósito intermediário de combustíveis e o depósito de substâncias perigosas

Nos últimos anos, a escolha dos locais para as instalações logísticas, o depósito intermediário de combustíveis e o depósito de substâncias perigosas mereceu a atenção da sociedade. O último Governo escolheu liminarmente os locais, mas não criou os respectivos projectos. Pedi várias vezes que o novo Governo, sob a liderança do Chefe do Executivo, criasse quanto antes esses projectos. Em Dezembro deste ano, durante o debate das LAG das áreas da Segurança e dos Transportes e Obras Públicas, os membros do Governo adiantaram que ainda faltava criar os projectos e que o depósito de substâncias perigosas ia ser no local do Desafio Jovem, em Ká-Hó, enquanto as instalações logísticas e o depósito intermediário iam manter o local escolhido, na zona sob a jurisdição de Macau da ilha artificial Zhuhai-Macau. O Governo prometeu divulgar mais informações sobre o planeamento do depósito de substâncias perigosas (espera-se que cumpra a promessa), mas não respondeu sobre as medidas de apoio para as instalações logísticas e o depósito intermediário.

A construção das instalações logísticas, do depósito intermediário de combustíveis e do armazém de substâncias perigosas já foi sujeita, há anos, a estudos e a trabalhos preparatórios, mas os projectos ainda estão por criar. O Governo deve basear-se nos estudos e trabalhos preparatórios feitos ao longo dos anos, para, na primeira metade do ano de 2021, criar projectos de forma devida e divulgar o respectivo orçamento, dando isto a conhecer ao público.

Segundo o Governo, este pretende reduzir a envergadura das instalações logísticas na Ilha Artificial da Ponte, eliminando o armazém inicialmente previsto. Como está em causa uma medida complementar, apelo ao Governo para uma ponderação na óptica do desenvolvimento económico, negociando com o sector de logística sobre o estabelecimento dum mecanismo adequado para o armazenamento e depósito, para este sector conseguir agarrar a oportunidade de concorrer e desenvolver-se nas indústrias da Grande Baía, resultante da recuperação económica pós-pandemia.

Para a referida medida complementar, o Governo deve preparar um sistema adequado de gestão para a exploração do depósito intermediário de combustíveis da Ilha Artificial da Ponte, dando importância à promoção da concorrência leal na venda por grosso do gás butano local e permitindo o acesso de mais operadores locais em pé de igualdade, com vista a aliviar e a resolver a cartelização do preço para ganhar lucros, situação resultante da oligarquia.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.12.2020

O debate das LAG não é interpelação oral, há que melhorar as regras para responder às solicitações da população

Após a recente conclusão do debate das LAG para 2021 na Assembleia Legislativa, é importante os Deputados, os média e a população reflectirem, questionando os efeitos reais dum debate durante dezenas de horas, se foi alcançada a exigência consagrada para a AL nos termos da Lei Básica, e se foram atingidas as expectativas dos média e da população.

Na semana passada, um Deputado levantou questões, considerando que o debate das LAG parece mais uma sessão de perguntas e respostas, os membros do Governo respondem ao lado, respondem por escrito após a reunião, ou nem respondem. Devido às regras vigentes, o debate das LAG parece uma sessão de interpelação oral, mais curta e rudimentar, em que a missão principal dos Deputados é colocar várias questões num tempo limitado, e para os membros do Governo, é responder a todas as perguntas num tempo limitado e ainda mais curto. Pelos vistos, ninguém se lembra do significado do debate das LAG, que é discutir as políticas públicas para o próximo ano.

Permitam-me citar aqui a conclusão a que a então Presidente Susana Chou chegou numa sessão dedicada ao debate das LAG em 2005: “Não acham que na discussão das políticas, as questões que levantaram eram muito parecidas com as interpelações que costumavam fazer? (...) espero que não repitam as questões que podem ser abordadas a nível das interpelações. Em todo o ano só temos uma oportunidade para discutir as linhas gerais da política do Governo. (...) Por isso, espero que possam concentrar a vossa discussão em matérias do âmbito das políticas. É isto que espero de todos vós.”

Tem havido interpretações erradas sobre o debate em sede de Assembleia Legislativa, de que este tem de ter duas partes, a favor e contra, e assim proliferam os obstáculos sem fundamento legal e se nega vários temas públicos merecedores de discussão nesta sede, o que leva a que a AL seja cada vez mais restringida por limitações impostas por si própria. Tal como tenho realçado, o “debate” é referido 31 vezes no Regimento, e o seu sentido é sempre a “discussão” (por exemplo, a discussão na generalidade ou na especialidade é também tratada como “debate” pelo Regimento; nos termos regimentais, para propor à Assembleia Legislativa um debate sobre questões de interesse público, os Deputados devem apresentar o “pedido de debate”, e não “tema de debate” que, no entender comum, requer as partes a favor e contra). Mais, se o debate na Assembleia Legislativa exigisse indispensavelmente partes a favor e contra, então, no debate das LAG, seria necessário vedar o uso da palavra aos Deputados que partilham do mesmo ponto de vista do Governo? Claro que não. Portanto, quando se aplicam interpretações erradas à realidade, é natural que surjam conclusões irónicas e absurdas.

Embora no debate das LAG não haja necessariamente as partes a favor e contra (naturalmente é também bem-vinda a iniciativa de os Deputados lançarem um tema de debate, suscitando contestações entre diversos pontos de vista), ao menos há que cumprir a exigência do Regimento, isto é, um debate sobre políticas. Para que o debate das LAG deixe

de ser a versão sintética da interpelação oral, os Deputados, incluindo eu, e os governantes têm a responsabilidade de reajustar o seu posicionamento e mentalidade, e, isto também depende das regras para o uso da palavra no debate das LAG.

Recorde-se a história dos debates das LAG na Assembleia Legislativa: o primeiro debate das LAG após o estabelecimento da RAEM teve lugar em Abril de 2000, cada deputado tinha 30 minutos para usar da palavra e, a sessão começava às 3 da tarde, sem hora para acabar. Todos os deputados e membros do Governos não perdiam o direito a expor as suas opiniões por razões de tempo. Na altura, era normal a realização desses debates durante a noite, e em 30 de Novembro de 2005, foi estabelecido o recorde do mais longo debate, que terminou às 03H40 da madrugada do dia seguinte. Em 2007, a sessão de debate por área de governação passou para dois dias, mas, em princípio, o tempo total de intervenção por deputado manteve-se em 30 minutos (máximo de 15 minutos por intervenção).

No entanto, nos últimos anos, as regras para o uso da palavra nos debates das LAG, decididas pela Mesa, limitaram a hora de encerramento e reduziram significativamente o tempo de uso da palavra por deputado. Para além disso, a prática actual é: um grupo de deputados intervém e depois os membros do Governo respondem em conjunto às perguntas, portanto, estes podem optar por responder primeiro, responder mais tarde, dar respostas longas ou curtas, ou intencionalmente optar por não responder às perguntas colocadas quando os deputados não têm oportunidade para colocar perguntas adicionais, mais ainda, distorcem as intervenções dos deputados e até os criticam. As actuais regras para o uso da palavra dificultam a exposição completa dos pontos de vista dos deputados, e impedem que estes acompanhem de imediato a situação quando os membros do Governo fogem às questões ou até dão respostas que não correspondem à realidade, o que, obviamente, não favorece o exercício do poder de fiscalização por parte da Assembleia Legislativa.

Além disso, em Abril, com o motivo da prevenção da epidemia, a Mesa alterou o debate das LAG para uma “reunião num só dia”, ou seja, das 15h00 às 24h00, e voltou a fazer o mesmo no último debate das LAG. Isto tem suscitado reacções de alguns profissionais da comunicação social, tanto de língua chinesa como de língua portuguesa e inglesa, que não se opuseram a isso, apenas questionaram porque é que era necessário esperar até às 15 horas para começar a reunião. De facto, no debate das LAG em Novembro de 2006, as reuniões também se fizeram num só dia, das 10h00 às 20h00. Embora nos termos do artigo 45.º do Regimento as reuniões do Plenário se realizem entre as 15h00 e as 20h00, compete à Mesa ou ao Plenário deliberar sobre qualquer alteração de horário (a longo prazo, há também necessidade de rever o Regimento em relação ao limite temporal para a realização das reuniões). Acredita-se que a maioria dos deputados não se importa que o debate se inicie de manhã, o que não só se articula melhor com a comunicação social, como também contribui para o aperfeiçoamento do ritmo e da qualidade do debate.

Pelo exposto, espero que a Mesa da AL tome a iniciativa de auscultar as opiniões dos Deputados, dos meios de comunicação social e do público, para, através do aperfeiçoamento contínuo das regras do debate das LAG, podermos elevar constantemente a qualidade e a força da fiscalização da AL, no sentido de nos aproximarmos e respondermos às expectativas do público!

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.12.2020

Solicitação da terceira ronda de apoio económico

Para fazer face ao impacto da nova epidemia na vida da população e na economia de Macau, o Governo lançou uma série de medidas de apoio económico para "estabilizar a economia, garantir o emprego e a vida da população", promovendo, ao mesmo tempo e activamente, a prevenção e o combate à epidemia. Através das duas rondas de apoio económico, a sociedade ultrapassou, basicamente, o período mais difícil da epidemia, mas devido ao seu impacto persistente, a retoma da vida da população e da economia não é satisfatória. A segunda fase do Cartão de consumo e o Plano de apoio a empresas terminam no final deste ano, e a população está preocupada com a eventual falência de empresas, pois, nessa altura, as empresas, os trabalhadores e a população em geral vão enfrentar uma nova ronda de sérios desafios.

Acredita-se que a taxa de desemprego, já elevada, vai aumentar com o aproximar do fim do ano, e por detrás destes números, está a situação perigosíssima das PME. Apesar das boas notícias sobre a vacina, a sua generalização vai levar bastante tempo, e até lá, a economia de Macau não vai sofrer rápidas melhorias. Perante as dificuldades das empresas, muitos trabalhadores são obrigados a ficar em *layoff* ou em licença sem vencimento. Com o fim do prazo de seis meses em que as empresas beneficiárias do Fundo de Apoio ao Combate à Epidemia, no valor de 10 mil milhões de patacas, não podem cessar a actividade ou despedir trabalhadores sem justa causa, vai surgir uma nova vaga de despedimento. Espera-se que o Governo pondere lançar a terceira fase do apoio financeiro.

Assim, proponho o seguinte:

Para ajudar as PME a ultrapassar as dificuldades, o Governo, através da segunda ronda de medidas de apoio económico, conseguiu atenuar o impacto económico enfrentado pelas PME durante a epidemia. O referido plano prevê que a empresa beneficiária não pode fechar as portas nem despedir trabalhadores sem justa causa, no entanto, está prestes a terminar o prazo deste plano e o orçamento para o próximo ano não prevê novas medidas de apoio económico. Muitos empresários de PME estão preocupados com o facto de o mercado não ter recuperado como previsto, por isso, esperam que o Governo adopte medidas mais proactivas para os ajudar a ultrapassar as dificuldades. Assim, para que os residentes e as empresas possam ultrapassar as dificuldades, apelo ao Governo para lançar, quanto antes, a terceira ronda de medidas de apoio económico, e adoptar as medidas mais precisas de apoio às PME dos sectores com mais dificuldades, para que estas possam sustentar-se, estimulando assim o desenvolvimento da economia local.

Devido à lentidão da recuperação económica externa, o desenvolvimento económico ainda precisa de depender da procura interna. Para além dos investimentos nas infra-estruturas existentes, que estimulam o desenvolvimento económico, as autoridades devem tomar como referência a experiência de sucesso alcançada com as duas fases do cartão de consumo, e lançar a terceira fase, atribuindo cinco mil patacas por residente qualificado, estimulando a procura interna e revitalizando eficazmente o mercado, para reforçar o ciclo económico interno, impulsionando a economia local e estabilizando o emprego e a confiança da sociedade.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.12.2020

Nos últimos anos, o Governo promoveu o desenvolvimento do pagamento electrónico, e o modelo de pagamento dos residentes sofreu uma grande mudança com o lançamento do cartão de consumo electrónico, mas esse método de pagamento ainda está atrasado em relação às regiões vizinhas e falta muito para atingir o objectivo de “cidade inteligente”. No recente debate das LAG, o Governo afirmou que ia acelerar a generalização do pagamento móvel e reforçar o uso das tecnologias de pagamento electrónico para promover o desenvolvimento económico dos bairros comunitários. Várias instituições financeiras lançaram diferentes tipos de pagamento móvel e, embora uma parte já esteja agregada, ainda há algumas de difícil utilização para os estabelecimentos comerciais e para os cidadãos. O Governo afirmou que ia tentar implementar, no primeiro trimestre do próximo ano, a agregação e integração das diversas formas de pagamento electrónico, e a sociedade manifestou a sua concordância, esperando que os respectivos serviços possam ser lançados em breve.

O Governo afirmou que, na próxima fase, ia estudar a possibilidade de aditar mais meios de pagamento electrónico no transporte em autocarros, mas, para além dos autocarros, os cidadãos esperam que tanto as taxas cobradas pelo Governo ou as despesas comerciais, como os gastos diários, incluindo as despesas médicas, possam ser pagas por via electrónica. O Chefe do Executivo afirmou que o lançamento do cartão de consumo electrónico tem como um dos principais objectivos promover o pagamento electrónico e, neste momento, já há alguns resultados positivos, tornando-se cada vez mais generalizado em Macau. Segundo um inquérito realizado pelos serviços competentes, sob o impulsionamento do cartão de consumo electrónico, mais de 50 por cento das transacções realizadas recentemente nos estabelecimentos comerciais e restaurantes foram pagas por via electrónica. Porém, a validade desses cartões vai terminar em finais deste mês e temos de observar como vai ser o desenvolvimento dessa forma de pagamento.

Com vista a incentivar os diversos sectores a participarem nos serviços de pagamento electrónico e a alargarem o seu uso a diversas áreas de Macau, para além de concluir o estudo e implementar, quanto antes, as formas de pagamento convergentes mais convenientes, o Governo pode ainda lançar algumas medidas mais eficazes para dar grande apoio ao pagamento electrónico, nomeadamente, a divulgação, as actividades de promoção e os regimes necessários, para incentivar as empresas a utilizarem o pagamento electrónico para além do cartão de consumo. Por outro lado, durante o debate das LAG, muitos deputados manifestaram o desejo de o Governo estudar e elaborar uma terceira ronda de planos de apoio económico, incluindo o lançamento de uma nova fase de cartões de consumo. O Governo também afirmou que isso dependeria das necessidades a este respeito e não “trancaria a porta”. Espera-se aqui que, se o Governo relançar os cartões electrónicos de consumo, tenha em conta as opiniões dos residentes e alargue o âmbito da sua utilização. Quanto à segurança do pagamento electrónico, que preocupa o público, espera-se que o Governo possa incentivar os operadores de telecomunicações a reforçarem a respectiva segurança cibernética, para que os cidadãos, que aqui residem, e os turistas, em viagem, possam pagar os diversos serviços de forma cómoda, rápida e segura.

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.12.2020

Concretizar a promessa de defender a Lei Básica e promover o progresso gradual do sistema político democrático

Como o actual Governo só tomou posse no ano passado, e atendendo à devastação da epidemia, é compreensível a não referência à promoção do sistema político democrático nas LAG. Além disso, também queríamos dar tempo ao Governo da RAEM. Contudo, é já inaceitável que as LAG deste ano continuem a não mencionar nada sobre esta matéria.

Desde os trabalhos preparatórios até aos tempos iniciais que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, defendeu-se sempre os princípios da igualdade, da transparência e da justiça, e a concretização da governação íntegra e a promoção ordenada e gradual dum sistema político democrático, por forma a concretizar, efectivamente, o princípio de “Macau governado pelas suas gentes”, em vez de se voltar a ser uma colónia, com a escolha do Chefe do Executivo controlada pela metrópole. Hoje, ao fim de 21 anos, a igualdade, a transparência e a justiça continuam longe, a concretização da governação íntegra ainda se lamenta mais, mas, ao menos, o Governo da RAEM está a trabalhar para isto, independentemente de, na realidade, estar a promover isso com ou sem empenho. Contudo, quanto à promoção do sistema político democrático, nem sequer um pouquinho de progresso gradual se verificou, aliás, trata-se de uma matéria que foi deixada de lado e até é vista como uma serpente ou um escorpião, uma matéria que ninguém se atreve a mencionar. Nas LAG para 2021, a promoção do sistema político democrático até desapareceu por completo.

Nos 22 anos após o estabelecimento da RAEM, só em 2012 é que se promoveu a alteração à metodologia para a escolha do Chefe do Executivo e para a constituição da Assembleia Legislativa, o que acabou por ser uma alteração mais conservadora sem nenhum elemento de progresso, não se podendo, pois, considerá-la como um progresso na democracia. Veja-se o exemplo da metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa: desde sempre o progresso da democracia no parlamento é reflectido no aumento dos assentos eleitos por sufrágio directo, mas a alteração de 2012 aumentou dois lugares dos assentos por sufrágio directo e indirecto, portanto, foi só colocar mais quadro cadeiras, portanto, nenhum progresso democrático. Quanto à escolha do Chefe do Executivo, apesar do aumento de 300 para 400 membros da Comissão Eleitoral, como nada mudou, tudo não passou de aumentar cem cadeiras, ou seja, continua a ser um modelo de eleição em círculo restrito. E aqueles 400 membros nem sequer são “amplamente representativos”. Pode afirmar-se que não houve nenhum progresso. Já passaram 8 anos desde 2012, as LAG para o próximo ano, isto é, 2021, continuam a não fazer nenhuma referência à promoção do sistema político democrático, nem sequer à realização de consultas, análises ou estudos sobre esta matéria, o que é uma falha grave do Governo nas suas funções.

Há que referir que a função fundamental do Governo e dos governantes é fazer cumprir a Lei Básica, e esse trabalho também reflecte a defesa da Lei Básica. Já várias vezes os membros do Governo Central elogiaram Macau por ser exemplar no cumprimento do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Contudo, nos quase 22 anos que se seguiram ao

estabelecimento da RAEM, nem foi possível a concretização do “direito de eleger e ser eleitos” de que os residentes de Macau gozam nos termos do artigo 26.º da Lei Básica. Nas eleições da Assembleia Legislativa não é possível a plena concretização do “direito de eleger e de ser eleitos”, enquanto nas eleições para o Chefe do Executivo o direito de eleger é até completamente retirado aos residentes.

É ainda de referir que, segundo o marxismo que os fundadores do Partido Comunista Chinês adoptam, a base económica determina a construção superior. Quando a base económica muda, os domínios superiores, que incluem o sistema político, têm de se adaptar, caso contrário, a não adaptação à mudança da base económica vai resultar na instabilidade ou até em perturbações sociais, e o exemplo disto é Hong Kong. Quanto a Macau, ninguém vai negar que nos últimos 20 anos houve uma mudança radical da economia de Macau, cuja base económica já é completamente diferente daquela de há 20 anos, assim, as construções superiores, que integram também o sistema político, devem mudar-se em conformidade. Isto é a razão pela qual é necessário um progresso gradual do sistema político democrático. Segundo Deng Xiaoping e os demais criadores do princípio “Um País, Dois Sistemas”, este é a grande concretização social, requer indispensavelmente a revisão constante conforme a experiência acumulada ao longo do processo e não deve seguir uma mentalidade conservadora, que abdique de quaisquer progressos nem deve ser até “raptado” pelos titulares de interesses já adquiridos, deixando o sistema político democrático sem avanço nenhum. Isto não é defender a Lei Básica nem o princípio “Um País, Dois Sistemas”, mas sim denegrir este princípio e prejudicar a dignidade da Lei Básica.

Intervenção do Deputado Lao Chi Ngai em 16.12.2020

Boa preparação em todos aspectos para definir planos e impulsionar a diversificação adequada da economia

As Linhas de Acção Governativa (LAG) de 2021 vão entrar em breve na fase de implementação. Nessas linhas, o Governo lançou uma série de estratégias e medidas para a recuperação económica e a diversificação adequada da economia. As linhas referem ainda que, numa visão alargada e estratégica, Macau está no importante “entroncamento” do novo padrão de desenvolvimento do país, a “dupla circulação”, por isso, tem de participar activamente na “grande circulação” e na “dupla circulação” da economia do Interior da China. No que respeita ao plano concreto para a diversificação económica, foram propostos quatro sectores como novos pontos da diversificação: o sector de inovação tecnológica, o financeiro moderno, o de medicina tradicional chinesa e o de convenções e exposições. Os planos elaborados pelo Governo de Macau acompanharam a evolução dos tempos e foram definidos sob visão de longo prazo e com rumo correcto. As ideias contidas nesses planos são claras, mas sempre dizemos que, para o sucesso de “um” plano, 90 por cento depende da implementação, e isto quer dizer que o mais importante neste momento é saber como é que as ideias e os planos devem ser concretizados e executados, e como é possível garantir bons resultados, impulsionando consequentemente a diversificação adequada da economia. Assim sendo, apresento as seguintes duas sugestões:

1) O 14.º Plano Quinquenal entrará em vigor no próximo ano e, em articulação com o Plano de acção para o desenvolvimento económico e social implementado pelo País, Macau deve elaborar e lançar, quanto antes, um novo plano quinquenal. Para além de se proceder a uma planificação, exequível e quantificável, global e concreta de todos os aspectos do desenvolvimento socioeconómico da RAEM nos próximos cinco anos, há que estabelecer ainda uma articulação entre a referida planificação, as orientações gerais e as estratégias de desenvolvimento do País, potenciando as funções e vantagens da plataforma de convergência da “dupla circulação”, e promovendo a integração de Macau no desenvolvimento nacional e o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau.

2) Sugere-se que se estude a elaboração de planos específicos de desenvolvimento a médio e longo prazo para a diversificação industrial, e de planos detalhados para o desenvolvimento das indústrias-chave: inovação científica e tecnológica, indústria financeira moderna, medicina tradicional chinesa, convenções e exposições, etc., definindo os objectivos de desenvolvimento da diversificação industrial, as estratégias concretas, os indicadores quantitativos, etc., e estudando as respectivas políticas e medidas complementares, a fim de promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Obrigado.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 16.12.2020

Criar uma zona de cooperação profunda com um pensamento inovador

Na cerimónia do 40.º aniversário do estabelecimento da Zona Económica Especial de Shenzhen, o Presidente Xi Jinping referiu a necessidade de “acelerar a construção da zona de cooperação profunda entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin”. Recentemente, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma respondeu a uma proposta apresentada por membros da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, afirmando que: “estão a ser estudada a criação de uma bolsa de valores de Macau em Hengqin, contribuindo assim para apoiar Macau a desenvolver um sector financeiro com características próprias e promover a diversificação adequada da economia, e para a construção da Grande Baía. Isto reveste-se de um significado positivo para a concretização das tarefas definidas nas linhas gerais do planeamento”.

Se se pretende realmente construir uma bolsa de valores de Macau em Hengqin, então, esta deve ser construída na zona de cooperação profunda, sob a orientação do Governo da RAEM, porque se for construída noutra local, mesmo que haja apoio político, a bolsa será bastante semelhante à das bolsas de outras zonas de desenvolvimento de alta tecnologia do Interior da China, o que, conseqüentemente, vai levar a que a bolsa não seja reconhecida internacionalmente e não consiga a respectiva ligação ao nível internacional.

No entanto, a zona de cooperação profunda entre Guangdong e Macau deve ser diferente, podendo haver políticas mais inovadoras e abertas, podendo obter-se vantagens em termos do fluxo de capitais e da importação de talentos, mas, provavelmente, não vai ser possível promover o desenvolvimento da diversificação da indústria de Macau, porque o PIB do Interior da China calcula-se através do método territorial, e quando as bolsas de valores se situam na zona de cooperação profunda de Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin, as respectivas receitas podem não ser contabilizadas no PIB da RAEM e, nessa perspectiva, não vai ser possível alcançar o objectivo da diversificação adequada da economia.

O princípio “um país, dois sistemas” é um pensamento inovador, e a zona de cooperação profundada entre Hengqin, Guangdong e Macau, que enfatiza um sistema seguindo os princípios da negociação, construção e gestão conjuntas e do usufruto mútuo, deve ser mais aberta e haver coragem para inovar, na construção de um novo caminho e de uma nova prática do princípio “um país, dois sistemas”; devemos aderir à base "um país", aproveitar bem as vantagens únicas dos “dois sistemas”, e resolver os problemas do ponto de vista institucional.

Na minha opinião, os governos de Guangdong e Macau, com poderes delegados pelo Governo Central, devem construir em conjunto uma zona de cooperação aprofundada entre ambas as regiões, cabendo ao governo da RAEM liderá-la. No instrumento legal de delegação de poderes deve prever-se expressamente que parte das receitas das zonas de cooperação seja contabilizada no PIB da RAEM, alcançando-se assim o efeito de partilha da prosperidade comum.

Espera-se que, com a zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, criada com um pensamento inovador, se possa procurar novas oportunidades para o desenvolvimento diversificado da RAEM e impulsionar a integração plena da RAEM no desenvolvimento global do país.